

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO: ESTUDOS INICIAIS NAS ILHAS DE COTIJUBA E COMBU**

### ***SPECIAL FIELD EDUCATION: INITIAL STUDIES IN THE ISLANDS OF COTIJUBA AND COMBU***

### ***EDUCACIÓN ESPECIAL EN EL CAMPO: ESTUDIOS INICIALES EN LAS ISLAS DE COTIJUBA Y COMBU***

ANA PAULA CUNHA DOS SANTOS FERNANDES  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA  
BRASIL  
ANA.UEPA@GMAIL.COM  
HTTP://ORCID.ORG/0000-0003-1934-9221

DÉBORA KATIA FERREIRA DO CARMO  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ- UEPA  
BRASIL  
DEBORAKFDC@HOTMAIL.COM  
HTTP://ORCID.ORG/0000-0002-0840-0661

ALEIXA CAROLINE TEIXEIRA PEREIRA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ- UEPA  
BRASIL  
CAROLINEALEIXA@GMAIL.COM  
HTTP://ORCID.ORG/0000-0003-0330-8206

**RESUMO:** Analisar as tensões existentes entre as políticas de Educação sobre a Educação do Campo e a Educação Especial é o objetivo deste artigo, que é um recorte do projeto, financiado<sup>1</sup> pela FAPESPA e pela CAPES, intitulado “A escolarização dos alunos com deficiência nas comunidades ribeirinhas”. A metodologia é a pesquisa de campo e, para coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada e o diário de campo. Os participantes são professores e coordenadores pedagógicos de escolas municipais das ilhas de Cotijuba e Combu, em Belém-Pará. A pesquisa revelou os seguintes resultados: há particularidades nas escolas das ilhas que não estão sendo contempladas pelas políticas públicas vigentes; o coordenador pedagógico tem sido essencial para a vitalidade escolar; há diálogo e materialidade sobre a Educação Especial e a Educação do Campo nos documentos e ações dos professores no cotidiano escolar nas UPs; há formação continuada “independente” nas UPs.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação especial; Educação do campo; Educação especial do Campo; Coordenador pedagógico; Formação continuada.

**ABSTRACT:** Analyzing the existing tensions between Education policies on Rural Education and Special Education is the objective of this article, which is an excerpt from the project financed by FAPESPA and CAPES entitled “The schooling of students with disabilities in riverside communities”. The methodology is field research and for data collection we used the semi-structured interview and the field diary. The participants are teachers and pedagogical coordinators of a municipal school on the islands of Cotijuba and Combu, in Belém-Pará. The research revealed the following results: there are particularities in the schools of the islands that are not included in the current public policies; the pedagogical coordinator has been essential for school vitality; there is dialogue and materiality about Special Education and Rural Education in the documents and actions of teachers in the school’s daily life at UP’s; there is ongoing “independent” training at the UP’s.

**KEYWORDS:** Education; Special education; Rural education; Special rural education; Pedagogical coordinator; Ongoing training.

**RESUMEN:** Analizar las tensiones existentes entre las políticas de Educación en Educación Rural y Educación Especial es el objetivo de este artículo, que es un extracto del proyecto financiado por FAPESPA y CAPES titulado “La escolarización de estudiantes con discapacidad en comunidades ribereñas”. La metodología es la investigación de campo y para la recolección de datos se utilizó la entrevista semiestructurada y el diario de campo. Los participantes son profesores y coordinadores pedagógicos de una escuela municipal en las islas de Cotijuba y Combu, en Belém-Pará. La investigación reveló los siguientes resultados: hay particularidades en las escuelas de las islas que no están incluidas en las políticas públicas vigentes; el coordinador pedagógico ha sido fundamental para la vitalidad escolar; hay diálogo y materialidad sobre Educación Especial y Educación Rural en los documentos y acciones de los docentes en la vida diaria de la escuela en la UP; hay una formación “independiente” permanente en la UP

**PALABRASCLAVE:** Educación; Educación especial; Educación rural; Educación rural especial; Coordinadora pedagógica; Entrenamiento en curso.

## Introdução

A Educação Especial e a Educação do Campo se entrelaçam nesta discussão em prol de uma identidade una, a identidade Educação Especial do Campo. Como evidencia Canclini (1998), há uma hibridização, sem supressão ou imposição, e elas dialogam entre si. Não se anulam, mas transitam entre si sem prejuízos ou perdas. O objetivo deste artigo é analisar as tensões existentes entre as políticas de Educação sobre a Educação do Campo e a Educação Especial nas ilhas de Cotijuba e Combu, em Belém, Pará, entendendo-se que os ribeirinhos são povos contemplados pelo Decreto nº 7.352 (BRASIL, 2010) como população do campo.

A primeira fase da pesquisa teve início, em 2012, com a tese de doutoramento e, em 2017, foi contemplada em edital de fomento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de receber auxílio para os bolsistas de Iniciação Científica. A pesquisa contempla quatro ilhas, Mosqueiro, Cotijuba, Combu e Caratateua, mas o recorte foi feito com os dados, registrados em diário de campo, referentes à Cotijuba e Combu.

O artigo está organizado da seguinte maneira: no primeiro momento, há uma breve discussão sobre Educação Especial do Campo; em seguida, a metodologia com as particularidades da pesquisa; na sequência, as discussões e resultados; e, por último, as considerações finais.

## Um breve diálogo sobre educação especial do campo

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), utilizando-se o termo “interface da educação especial”, pontua-se que a “[...] educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos” (BRASIL, 2008, p.17).

De acordo com Ribeiro e Kaztman (2008), torna-se um desafio a superação das desigualdades das chances educativas de crianças e de jovens com a promoção da democratização de acesso à educação de qualidade. A redução dessa dimensão das desigualdades sociais deve ser o motor das políticas públicas, por meio de ações que desatrem o desempenho escolar das desigualdades do contexto socioeconômico de origem, construídas nos âmbitos da família, da escola e do bairro nos quais essas crianças e adolescentes são socializados. Adicionamos aqui a condição de alunos que vivem no campo, detentores de direitos sociais, civis, políticos e

econômicos e de condições igualitárias de oportunidades como os demais cidadãos brasileiros.

A discussão sobre a Educação Especial do Campo é recente e surge a necessidade de se buscar mais informações sobre como vem se desenvolvendo a Educação Especial nas ilhas, nas comunidades ribeirinhas, em Belém, Pará, mais precisamente nas escolas municipais das ilhas de Cotijuba e Combu. A interface entre Educação Especial e Educação do Campo é evidenciada em documentos legais (BRASIL, 2008, 2015) e em autores como Caiado (2017), Fernandes (2017, 2018), Mantovani (2015), Sá (2015), Gonçalves (2014), dentre outros.

A história da Educação Especial do Campo é marcada pela vinda da Antipoff para o Brasil, em 1940, e a partir da sua compreensão de atenção às pessoas excepcionais, dentre as quais incluía os moradores de rua, órfãos e todos os que não possuíam perspectivas de vida autônoma. Dentre suas ações, destaca-se a criação de uma escola na Fazenda do Rosário em que as pessoas excepcionais residiam, estudavam e aprendiam uma profissão. Além disso, disponibilizou um espaço de atendimento clínico especializado para diagnóstico e acompanhamento. Desde então, a discussão sobre Educação Especial está em expansão com questões que permeiam o modo de aprender e de se relacionar com a escola e os demais espaços sociais (RAFANTE, 2006).

Segundo Fernandes (2017, p. 42), “o movimento em favor da ‘educação para todos’ caracteriza-se pela luta pelo ensino público e gratuito e na busca em garantir-se o direito à educação a todos os indivíduos, como garantia de direitos humanos”. Assim, a Educação Especial é pauta constante nas discussões e focos investigativos, o que desliza sobre a existência da Educação Especial enquanto direito humano das pessoas com deficiência, dos seus direitos cidadãos, e que deve ser realidade em escolas nas localidades rurais, como as ribeirinhas.

A interface Educação Especial e Educação do Campo, sua efetiva realização nas Unidades Pedagógicas (UPs) das ilhas, deve ser considerada como, além de cidadã, uma questão ética, como pontua Fernandes (2017, p. 45): “[...] o direito à educação está relacionado ao exercício da cidadania que se configura, além da questão política, como uma problemática ética”. Logo, o direito à educação de qualidade está intimamente ligado ao conjunto de fatores que culminam para garantir que ocorra um processo educacional que atenda às necessidades de crescimento e de real desenvolvimento humano.

## Metodologia

Apresenta-se esta como uma pesquisa qualitativa que, segundo Flick (2009, p.8), visa abordar o mundo “lá fora”, analisando experiências de indivíduos ou de grupos relacionadas a histórias biográficas ou a práticas. Considera-se também como Pesquisa de Campo e, de acordo com Gonsalves (2001, p. 67), destaca-se que:

[...] é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Para a produção dos dados, optou-se pela entrevista semiestruturada e pelo diário de campo. Bogdan e Biklen (1994, p. 134) destacam que a entrevista semiestruturada pode “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

No diário de campo, foi possível descrever as atividades e os desafios encontrados em percurso além das observações. O diário de campo foi realizado a partir das concepções de Triviños (1987), segundo o qual o diário possui dois tipos de anotações: 1) descritiva, transmitindo com exatidão a situação observada; 2) analítico-reflexiva observação de acontecimentos e

processos que indicam quais questões devem ser aprofundada. Os registros deste artigo são dos anos de 2018 e 2019 nas referidas ilhas.

A sistematização e a análise dos dados se deram por meio de categorias construídas desde a fase inicial da pesquisa: em uma ação de organização lógica dos dados coletados, viabilizando uma estrutura organizadamente integrada. A partir das categorias de análise construídas, foi possível refletir criticamente sobre a análise das informações obtidas na investigação (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2011).

Pontua-se que as categorias analíticas podem ser iniciais ou emergentes. As iniciais surgem nas primeiras leituras sobre o tema em estudo, são conceitos que estão na base das discussões teóricas em torno do objeto de estudo, enquanto as emergentes surgem no desenvolvimento da pesquisa e podem ser oriundas tanto da leitura bibliográfica quanto do processo de coleta dos dados (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2011).

### O Locus

As ilhas de Cotijuba e Combu compõem geograficamente a cidade de Belém, capital do Pará. A “escola” localizada na ilha de Cotijuba é na verdade uma UP vinculada às e de Escola Bosque que está edificada na ilha de Caratateua. E as do Combu são vinculadas às e de Milton Montes também localizada na mesma ilha.

A UP Faveira é de médio porte, composta por duas edificações, uma em alvenaria e outra em madeira. A parte da frente é construída em madeira, com detalhes em treliças, com salas de aula forradas, bem iluminadas, com ventiladores, todas identificadas com nomes de frutas da região. Na edificação de madeira da UP, há uma sala de informática, a sala da secretaria e da coordenação, ambas climatizadas, além da cozinha, depósito, banheiros, refeitório e espaço de convivência; na de alvenaria, há três salas de aula, a sala dos professores, todas climatizadas, um depósito e uma área de higienização.

A escola possui 225 alunos matriculados, distribuídos em 12 turmas, funciona em dois turnos, manhã e tarde, e atua com Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Disponibiliza acesso à internet por meio de *wi-fi* aos professores e aos funcionários e também conta com uma assistente social.

A UP Flexeira é de pequeno porte, sendo uma edificação de madeira com o piso em alvenaria. O espaço escolar possui duas salas de aula, nomeadas de Curió e Pica-Pau, um refeitório, uma cozinha/copa, um depósito, uma sala onde ocorrem reuniões dos professores, servindo a esta como sala de descanso e sendo também reservada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Há banheiros na instituição (masculino e feminino), não havendo uma divisão entre banheiros para funcionários e alunos. A escola não possui um espaço adequado para realização de atividades de Educação Física, que são desenvolvidas em uma área externa cedida por um vizinho. A UP é bem iluminada e com circulação de ar, as salas de aulas possuem ventiladores e a sala dos professores é climatizada.

A Escola Milton Montes possui 5 (cinco) UPs nucleadas<sup>2</sup> a ela. Cada UP tem um coordenador pedagógico, sendo a gerência centralizada na sede. A sede tem 170 alunos matriculados, incluindo os alunos com deficiência. A paisagem da escola é caracterizada pela visão natural, com pintura padrão escolar com a borda pintada em alusão a elementos indígenas, espécies arbóreas, como o açaí, além da ligação direta com o rio.

A UP Sebastião dos Santos Quaresma é de pequeno porte e a parte central da escola, que contém as duas salas de aula de Ensino Fundamental – estilo maloca –, tem as paredes cons-

2 As escolas nucleadas são vinculadas à sede, possuem determinado quantitativo de escolas (UPs) e geralmente são agrupadas por região.

truídas em madeira e base em concreto com o piso em cimento liso. O telhado possui armação em madeira e cobertura de telhas de cerâmica. A sala de Educação Infantil, o refeitório e a biblioteca ficam em construções de madeira. A biblioteca fica localizada em anexo, conectada ao prédio principal por meio de passarelas, feitas de madeira, com corrimão.

Há uma placa de captação solar implantada no telhado da UP. Segundo o coordenador, foi uma doação de uma pessoa que faz trabalho artístico de grafiteagem nas casas dos moradores da Ilha, o qual se comprometeu com a instalação, que ainda não está concluída. A UP possui 86 alunos matriculados, distribuídos em 6 turmas, nos turnos da manhã e tarde.

#### Participantes

São professores de sala de aula comum, também os de Educação Física e os Coordenadores Pedagógicos. Os dados dos participantes serão preservados em atenção aos critérios éticos apresentados na Resolução nº 466 (BRASIL, 2012).

### Tensões entre a educação do campo e a educação especial

As categorias destacadas para esta discussão são: a) Educação Especial; b) Coordenador Pedagógico; c) Formação Continuada e o Planejamento Docente.

#### a) EDUCAÇÃO ESPECIAL

A atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) comunga da ideia de que o aluno com deficiência deve estudar em sala de aula regular e receber AEE, prioritariamente, em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no contraturno. No entanto, isso não tem sido possível em algumas escolas ribeirinhas devido às particularidades como ausência de professor de Educação Especial (que queira atuar na escola ribeirinha), ausência de SRM, rotatividade de professores de sala de aula comum, dificuldade de retorno dos alunos no contraturno, que depende da variação do nível dos rios, além da questão financeira – nas pequenas embarcações não são aceitas ameaça-passagem e a gratuidade – e do período de colheita.

A Coordenação de Educação Especial envia profissionais para realizar a avaliação dos alunos, mas não tem retornado para acompanhá-los tampouco para orientar o corpo docente da escola e os familiares.

A referida política é voltada para o público da Educação Especial, mas não contempla as subjetividades da região das ilhas. O próprio diálogo Educação, Saúde e Assistência Social não consegue avançar na ilha. Há necessidade de deslocamento para a “capital”, no continente, e isso dificulta a busca pelos direitos das pessoas envolvidas. O transporte de barco da ilha ao continente não é adaptado e não aceita a carteira de gratuidade (garantida às pessoas com deficiência e aos acompanhantes), além de ser caro para a realidade local. Além da travessia ao continente, há as demais despesas com alimentação e outros meios de transporte até o órgão ou clínica médica para avaliação ou tramitação documental.

#### b) Coordenador Pedagógico

As escolas ribeirinhas têm criado estratégias para que os alunos com deficiência não se sintam prejudicados e percebeu-se que o coordenador pedagógico, efetivo, tem sido o eixo motor para que o planejamento e as ações não se percam ao longo do ano, haja vista a alta rotatividade de professores de sala de aula comum. Os professores que chegam, ao serem recepcionados, ficam cientes do planejamento já realizado; diretriz adotada para que as atividades na UP não sejam suspensas.

A rotatividade de professores e o receio de prejudicar a formação dos alunos fez com que o coordenador pedagógico da UP se tornasse responsável pelo funcionamento da institui-

ção como verdadeiro administrador, sem esquecer das suas demais atribuições, que, segundo Piletti (1998) são:

Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional; c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo; d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem (p. 125).

Além disso, Domingues (2015, p. 16) destaca que a coordenação pedagógica, cujo papel está pautado no acompanhamento sistemático da prática pedagógica dos professores, possui uma série de atribuições, entre as quais:

Responder pelas atividades pedagógicas da escola; acompanhar na sala de aula a atividade do professor; supervisionar a elaboração de projetos; discutir o projeto político-pedagógico; prestar assistência ao professor; coordenar reuniões pedagógicas; organizar as turmas de alunos e acompanhar os processos de avaliação; organizar a avaliação da escola; cuidar da avaliação do corpo docente e do plano pedagógico; atender a pais e alunos em suas dificuldades; e propor e coordenar ações de formação contínua do docente na escola, considerando a relação intrínseca entre o fazer pedagógico e a reflexão sobre a prática educativa. (DOMÍNGUES, 2015, p.16).

Ressalta-se que a gestão da UP não é centralizadora e garante o diálogo e a vitalidade da comunidade escolar.

#### c) Formação Continuada e o Planejamento Docente

Quando se questionou sobre a Formação Continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação, informaram que esta ainda não acontece com abrangência de discussão sobre alunos com deficiência nas escolas do campo.

A Formação Continuada para os professores que atuam em escolas ribeirinhas (e as demais do campo) deveria contemplar as questões que permeiam a escola, como a Educação Especial e a Educação do Campo, em todos os níveis e modalidades da Educação. No entanto, isso ainda não é uma realidade, e o corpo docente e o coordenador pedagógico buscam lidar com as lacunas como é possível.

No caso das UPs, o coordenador pedagógico tem intermediado o estudo coletivo sobre as dificuldades dos alunos com deficiência e sobre quais atividades podem potencializar a aprendizagem. Ressalta-se que não são especialistas em Educação Especial e possuem como mote “somos professores e devemos promover a aprendizagem dos alunos”.

Para Domingues (2015, p. 26), o trabalho do coordenador pedagógico, no século XXI, tem especial importância pela possibilidade de reflexão que produz a consciência das identidades ante as necessidades educativas da comunidade.

E, de acordo com Lima e Santos (2007):

Cabe ao coordenador pedagógico, juntamente com todos os outros educadores, exercer o “ofício de coordenar para educar” também aqui no sentido de possibilitar trocas e dinâmicas da própria essência da aprendizagem: aprender a aprender e junto com, essência do que se concebe como formação continuada de educadores. (LIMA, SANTOS, 2007, p. 84).

Nesse sentido, é necessário estudar caso a caso e oferecer estrutura e condições de escolarização aos alunos com deficiência e suporte aos demais professores.

Dentre as discussões dos professores quanto às ações na escola, também se registra as aulas de professores, de distintas disciplinas, que contemplam em seu planejamento a horta da escola.

A horta da escola passou por adaptação por duas razões: 1) a variação do nível dos rios;

2) para atender aos alunos com deficiência. Construíram uma horta dentro dos cascos de barcos inutilizados, que ficam fixos em “cavaletes”. Com isso, todos os alunos conseguem plantar e colher na horta, inclusive os alunos usuários de cadeira de rodas.

Há o desafio de se articular o conhecimento da Educação, Educação Especial e do Campo, mas tem sido possível visualizar esta materialidade nas UPs aqui referenciadas.

### Considerações finais

A discussão sobre Educação Especial do Campo apresenta tensões e particularidades que ainda precisam de mais diálogos entre os entes federados e na formação inicial dos cursos de licenciatura, a fim de contemplar as demandas das ilhas (e de outros povos do campo).

Destaca-se a realidade singular dos que vivem ou estudam nas ilhas; as UPs são vinculadas à escola sede; os coordenadores pedagógicos atuantes nas UPs dão vitalidade e viabilizam ações para garantir condições de aprendizagem e continuidade nos estudos dos alunos e nas atividades docentes; há a compreensão, por parte dos professores e do coordenador pedagógico, da necessidade de se articular a realidade ribeirinha às atividades de sala de aula, pela horta, receitas premiadas da equipe da cozinha ou outro.

Há materialidade de diálogo entre a Educação Especial e Educação do Campo e se faz necessária a divulgação entre os pares e a oficialização de formação continuada que os contemple.

Não há a pretensão de esgotar o assunto, ao contrário, há a possibilidade de mais pesquisas voltadas para a Educação. Existem realidades ainda pouco discutidas. Existem “Brasis” diferentes que precisam ser contemplados com políticas públicas e formação docente (inicial e continuada).

### Referências

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 2010**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Educação Especial no Campo**. 1. ed. Uberlândia: Editora Navegando, 2017.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EdUSP, 1998.

DOMINGUES, Isaneide. **O Coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: Cortez, 2015.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **Educação Especial nas ilhas**. Curitiba: Appris, 2018.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes; DENARI, Fatima. Pessoa com Deficiência: estigma e identidade. **Revista FAEEBA**, v.26, p. 77-89, 2017.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa/ tradução Roberto Cataldo Costa**. Porto

Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **Alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA**. Tese (Doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educere et Educare – Revista de Educação**. v. 2, n. 4, p. 77-90, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uftp/file.php/1/coord\\_ped/sala\\_3/arquivos/o\\_coord\\_pedag\\_na\\_educ\\_basica\\_desafios\\_e\\_perspectivas.pdf](http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uftp/file.php/1/coord_ped/sala_3/arquivos/o_coord_pedag_na_educ_basica_desafios_e_perspectivas.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MANTOVANI, Juliana Vechetti. **A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)) – Universidade Federal de São Carlos, 2015.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MOTA NETO, João Colares. A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth (org.). **Abordagens Teóricas e Construções Metodológicas na Pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2011, v. 1, p. 167-186.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. São Paulo: Ática, 1998.

RAFANTE, Heulália Charalo. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a Educação pelo trabalho dos meninos “excepcionais” de 1940 a 1948**. 247 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de São Carlos, 2006.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz.; KAZTMAN, Ruben.(orgs.). **A Cidade contra a Escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevidéu, Uruguai: IPPES, 2008.

SÁ, Michele Aparecida. **Educação especial em escolas indígenas do Estado de São Paulo: desafios e possibilidades para educação de alunos indígenas com deficiência**. Tese (Doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)) – Universidade Federal de São Carlos, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## **SOBRE AS AUTORAS**

ANA PAULA CUNHA DOS SANTOS FERNANDES: Professora na Universidade do Estado do Pará e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Amazônia. [ana.uepa@gmail.com](mailto:ana.uepa@gmail.com)

DÉBORA KATIA FERREIRA DO CARMO: Formada em Ciências Contábeis - Bacharelado, pela Universidade Paulista (UNIP), em 2014. Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - 2016.2 pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Cursa Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED - 2020, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), vinculado à Linha de Pesquisa Formação de Professores e Práticas Pedagógicas. [deborakfdc@hotmail.com](mailto:deborakfdc@hotmail.com)

ALEIXA CAROLINE TEIXEIRA PEREIRA : Possui graduação em História pela Fa-

culdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA (2018) e graduanda de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial da Amazônia - GEPEEAm.carolinealeixa@gmail.com

### Como referenciar este artigo

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; CARMO, Débora Katia Ferreira do; PERREIRA, Aleixa Caroline Teixeira. Educação especial do campo: estudos iniciais nas ilhas de Cotijuba e Combu. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 2, Edição temática – Formação, narrativas e alternativas pedagógicas inclusivas, 2021. E-ISSN: 2675-3294.

**Submetido em:** 10/09/2020

**Revisões requeridas em:** 30/09/2020

**Aprovado em:** 02/10/2020